

A POLÍTICA DE ALIANÇAS DA ESQUERDA COMUNISTA: GRAMSCI E AS ORIENTAÇÕES DA IC SOBRE O COMBATE AO FASCISMO

Rodrigo I. F. Maia¹

RESUMO

O propósito do artigo é expor algumas relações sobre as perspectivas da Internacional Comunista (IC) no que diz respeito à política de alianças na Itália e a aceitação por parte do Partido Comunista. Para isso, a ressignificação das elaborações políticas e teóricas da IC e de outros teóricos da esquerda comunista deve ser feita considerando o momento e o contexto específico dos debates, que é justamente o espaço entre a primeira e a segunda Guerra Mundial. As políticas indicadas pela IC e as adotadas pelos comunistas na prática não foram as mesmas, e a articulação internacional do movimento comunista foi fundamental para o desenvolvimento das lutas travadas contra o fascismo. Nesse sentido, a hipótese é que Gramsci se destaca da política da IC ao compreender de modo mais apurado o significado do fascismo e ao buscar implementar a política de alianças de acordo com a particularidade italiana. O caso alemão, posterior ao italiano, também será tratado, pois ainda que houvesse a experiência italiana como exemplo, a Alemanha viu ocorrer o ascenso do nazismo.

Palavras-chave: Gramsci. Internacional Comunista (IC). Frente-única. Fascismo.

THE ALLIANCE POLICY OF THE COMMUNIST LEFT: GRAMSCI AND THE GUIDELINES OF THE IC ON THE FIGHT AGAINST FASCISM

ABSTRACT

The purpose of the article proposal is to expose some relationships on the prospects of the Communist International (IC) with respect to the policy of alliances in Italy and its acceptance by the Communist Party. To do so, the redefinition of political and theoretical elaborations of the IC and other theorists of Communist left should be made considering the time and the specific context of the debates, which is precisely the space between the first and second World War. Policies indicated by IC and adopted by the Communists in practice were not the same, and the international articulation of the Communist movement was fundamental to the development of the struggles against fascism. In this sense, the assumption is that Gramsci stands out from the IC policy to understand more accurately to the meaning of fascism and seeking to implement the policy of alliances according to Italian peculiarity. The German case, which came after the Italian, will also be treated, for, although it counted on Italian experience as an example, Germany saw the rise of Nazism.

Keywords: Gramsci. Communism International (IC). United-front. Fascism.

¹ Mestrando em Ciência Política na UNESP- Marília – São Paulo. E-mail : rodrigomaiacs@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

As relações que os comunistas estabeleceram e estabelecem com outras correntes políticas é um campo de debate não só necessário, mas também do qual depende a concretização dos objetivos da emancipação humana. Nesse sentido, compreender o passado é fundamental para o afinamento das lutas que persistem. Diversas foram as elaborações sobre a política de alianças que os comunistas fizeram ou deveriam ter feito, entre eles, podemos tomar Marx, Engels, Lênin, Gramsci, Trotsky e muitos outros. Por isso, limitar-nos-emos, neste trabalho, à discussão sobre aspectos da política de alianças na Itália, tendo em vista a necessária luta que se travava contra o ascenso do fascismo, o que nos leva às elaborações de Gramsci, militante destacado das fileiras do comunismo internacional.

Gramsci teve a possibilidade de acompanhar a experiência e os desdobramentos da Revolução na Rússia, que foi o mais significativo movimento em direção ao comunismo já realizado. Entretanto, por outro lado, Gramsci também presenciou e sentiu o avanço das forças mais reacionárias do século XX, o fascismo. Antônio Gramsci foi um dos fundadores daquela que viria a ser uma das maiores resistências ao fascismo italiano, bem como seria o maior Partido Comunista do Ocidente, o PCd'I. O militante que passou considerável parte de sua vida no cárcere pode ser concebido como um daqueles da tradição marxista, sem dúvida, mas suas peculiaridades são fortes.

Assim como Gramsci, outros destacados militantes do movimento comunista serão tratados aqui, como Trotsky e Rosa, que também tiveram seu papel na formulação do problema da revolução num difícil momento. O papel dos partidos também é relevante para a análise das alianças como orientações da Internacional Comunista e do Comitê Executivo da IC (Ceic). O peso político e econômico da Alemanha e da Itália no âmbito do capitalismo era determinante para o avanço ou o retrocesso das políticas dos comunistas. Consequentemente, as organizações das classes trabalhadoras desses países tiveram importância significativa. Mas as organizações políticas e econômicas das classes trabalhadoras não eram as mesmas². Havia ainda algo maior no espaço político dos partidos, que era a própria IC, centralizada a partir do partido bolchevique e orientada segundo a necessidade de manutenção da Rússia soviética e, até certo período, da expansão da revolução para outros países.

O debate, por muito complexo e vasto que foi e é, será restringido: tomaremos centralmente

² Para além do momento, a pesquisa sobre as classes trabalhadoras e sobre a história de seus movimentos e organizações se torna difícil pelo fato de que “A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica” (GRAMSCI, 2002, p. 135).

as ideias de Gramsci e aproximações com elaborações de outros teóricos e militantes do movimento comunista da época que entendiam que o momento era de situação revolucionária permanente. Ademais, é preciso dizer que a política de alianças que será vista aqui se desenvolvia como uma força defensiva, mas de ação contra uma das mais ferozes forças da burguesia, o fascismo.

FRENTE ÚNICA NA ITÁLIA

Gramsci não foi apenas um estudioso da tradição marxista. Sua inserção como dirigente revolucionário num momento tenso da história foi fundamental para sua elaboração específica sobre a revolução socialista. Nesse sentido, suas obras se somam e ganham terreno próprio na tradição marxista da geração de políticos e teóricos da primeira metade do século XX. Não só isso. A inserção de Gramsci no movimento das classes trabalhadoras ocorreu de forma natural, isto é, ele é filho das classes trabalhadoras – o que implicou em toda sua jornada uma visão de dentro; implicou na concepção de que o Partido deve ser parte da classe operária, como segmento especial, ou melhor, designado para a educação política da classe (DEL ROIO, 2005, p. 130).

Um dos problemas postos para Gramsci advinha do contexto internacional das alianças comunistas. Após a constatação de que a revolução bolchevique não se espalharia automaticamente para os países ocidentais, a perspectiva advinda da Internacional Comunistas (IC) era a da criação de Partidos Comunistas para a organização das classes trabalhadoras de seus respectivos países. No caso italiano, estava dada a necessidade de cisão com o Partido Socialista, movendo uma considerável parcela dos militantes socialistas mais revolucionários para a criação do PC italiano.

Mas o problema perpassava diferentes visões: havia os que viam a necessidade da ruptura com o OS; outros viam claramente a revolução ocorrida na Rússia como impulso para a revolução em outros locais, bem como aceitavam as indicações da IC, mas sem enxergarem a necessidade de romper com o PS.

Para os socialistas, a guerra e a revolução Russa não têm valor. Por isso, continuam a ter confiança em seu velho método e a ver o socialismo como uma meta longínqua. Mas se afirma que, no Partido Socialista, existem também os comunistas, os que afirmam que vivemos num período revolucionário (GRAMSCI, 2004, p. 49).

O PSI não era um partido homogêneo e dentro de si possuía uma ala majoritária, a chamada *massimalista*, que dispunha de um programa máximo para a revolução socialista, ainda que o problema estivesse justamente no trabalho mais imediato com as classes trabalhadoras. Vale a pena resgatar um fato importante anterior, que foi a contenda da II Internacional em torno da participação

na I Guerra, na qual o PSI defende a não intervenção da Itália no conflito³, colocando-se ao lado das posições mais à esquerda da II Internacional. Como só em 1919 é que haveria um conjunto de fatores que permitiriam a instauração de uma nova Internacional, o PSI permanecera por vários anos fazendo parte dos Partidos mais destacados na luta socialista, que tinha o seu fulcro em Moscou. Mesmo com a fundação da III Internacional, o PSI ainda consegue manter-se no escopo dos partidos mais ligados às diretrizes de Moscou. Mas a guinada na linha política da IC sobre a necessidade de construção imediata de Partidos Comunistas em diversos países colocou para a ala comunista do PSI a necessidade de transformação ou do Partido ou de conformação de uma alternativa na Itália. Gramsci foi um militante que atuou de modo muito importante no processo de adequação da militância italiana à IC.

Gramsci já militava nas fileiras do PSI, especialmente na área dos debates culturais com/contra a intelectualidade do país, tendo fundamentalmente uma ligação direta com a cultura das classes trabalhadoras. A intervenção de Gramsci e de vários outros militantes, como Terracini, Togliatti, virá por conta da criação do jornal *L'Ordine Nuovo*, órgão de difusão da cultura socialista entre a intelectualidade, mas também entre as fileiras de trabalhadores. Mais que isso. *L'Ordine Nuovo* era o órgão político que expressava as demandas dos comitês de fábricas, num momento de árduas lutas da classe operária do norte italiano. É a partir do núcleo que organiza a Revista que sairá a vertente que fundará uma alternativa italiana, isto é, que entenderá que a ruptura com o PSI é necessária para a criação de um Partido Comunista, ao invés da reforma do PSI.

Estava posta, então, a questão da cisão política. A política de alianças tem aí seu ponto oposto, ou seja, na cisão política é que os comunistas definem os adversários. A cisão deveria se dar na Itália contra o reformismo presente no PSI, compreensão que vinha desde Moscou, isto é, desde a compreensão de V. Lênin e outros bolcheviques. Mas a pluralidade de perspectivas era um empecilho para o andar da situação. A ala *massimalista* apoiava a Revolução ocorrida na Rússia, mas entendia que o PSI deveria permanecer unido; havia a vertente organizada por Amadeo Bordiga que entendia a possibilidade de uma maioria do PSI ser arrastada para a IC; e ainda a ala envolta na *L'Ordine Nuovo*, que buscava a cisão e o fortalecimento das experiências dos Conselhos de Turim.

As posições de Bordiga com o grupo *L'Ordine Nuovo* foram casadas na fundação do PC da Itália, não sem concessões das partes⁴. Ainda que o PSI concordasse até com a política do

³ A Itália acaba entrando no conflito em 1915 junto da França, contra a Áustria-Hungria.

⁴ Taticamente se abre mão do abstencionismo eleitoral (da parte de Bordiga), mas também da consigna dos Conselhos (da parte de Gramsci). Ainda que tenha sido momentâneo o abandono da consigna dos Conselhos, a perspectiva da organização das classes trabalhadoras na visão do PCd'I será através da criação de Conselhos para educação, discussão política e organização dos operários para a criação de uma nova política.

bolchevismo, a ruptura seria inevitável, pois o acordo era apenas com o programa “máximo”, sendo que a questão da subjetividade (da concepção teórica da revolução socialista) permanecia vinculada ao reformismo. Para além da questão partidária estrita, a situação da Itália é fundamental para a cisão política entre o PSI e as vertentes organizadas em seu interior. Entre 1919 e 1920⁵, o movimento de greves e ocupações de fábricas está em plena atividade no norte italiano, conduzindo uma luta ferrenha contra a burguesia e o Estado e criando um tipo novo de aglutinação operária, os Conselhos. Contudo, ainda que o *L'Ordine Nuovo* fosse um dos fomentadores das ações dos operários, a Confederação Geral do Trabalho (CGL) se colocava contra o movimento do Piemonte e, ainda, a própria direção do PSI se recusa a apoiar as lutas.

O PSI não se vinha mostrando capaz de concentrar as forças operárias e camponesas por não perceber que se vivia um momento de revolução socialista internacional no qual a Itália estava inserida, permanecendo como um partido parlamentar agindo dentro da democracia-liberal burguesa e ausente da política internacional do movimento operário (DEL ROIO, 2005, p. 45).

Em meio às lutas e às derrotas dessas lutas é que surge o Partido Comunista da Itália, a partir da cisão com o reformismo, cisão com o partido e com o sindicato. O novo Partido continuará a apoiar as lutas operárias, defender a autogestão operária contra os fechamentos de fábricas, opondo-se ao Estado⁶. Ainda que a cisão fosse apoiada criticamente (com limites ao esquerdismo) pela IC, o foco de atenção não era a situação italiana. Tanto é que irá propor a avaliação da cisão, de modo a tentar conduzir o PSI para a transformação num verdadeiro partido comunista.

Todavia, o ponto de vista da revolução internacional faltou ao PSI. Talvez tenha sobrado no PC que surgiria. Mas ainda que a IC tenha insistido para a continuidade das relações com o PSI, a tensão na Itália impediu o desenvolvimento das políticas socialistas: as divergências internas entre as alas *massimalista* e *minimalista* não foram solucionadas; o tensionamento com o PC da Itália não unificava a esquerda; o avanço do fascismo unificando as burguesias ocorria de modo rápido e violento. Contudo, ainda que o socialismo fosse estratégico para o PSI, o conteúdo dessa estratégia estava cada vez mais distante das lutas das classes trabalhadoras e mais próximo da política de intervenção no Estado italiano.

A fundação do PCd'I ocorre num momento em que a necessidade de uma direção política para o movimento operário era urgente e necessária. A necessidade de uma direção política que colocasse em pauta a questão do *Meridional*⁷, que incentivasse a luta operária no norte e que

⁵ As lutas de 1919 e 1920 caracterizam o chamado Biennio Rosso.

⁶ Nas lutas que seguiram em abril de 1920, o PSI buscou realizar acordos com o governo liberal de Giolitti e com a CGL para pôr fim ao movimento, garantindo “vitórias parciais”.

⁷ A Questão Meridional era um problema essencial posto para os operários de Milão e Turim, de modo que eles deviam combater a ideologia burguesa instaurada organizando os camponeses pobres para a desagregação da

construísse o ponto de vista da revolução internacional a partir da Itália. O PCd'I foi uma ruptura pela esquerda⁸. No começo de 1921 nasce o PC na Itália, num momento em que a revolução mundial deixava de ser uma certeza para ser uma dúvida muito cruel. O PCd'I é também resultado da IC para a formação de partidos comunistas em diversos países, partidos para organizar a revolução.

Importante notar é o nascimento do fascismo que ocorre basicamente no mesmo período, mas com uma força muito maior, com uma rapidez maior do que a do PCd'I para se espriar nas classes italianas. O combate entre os fascistas e os comunistas não tardaria. Em 1922, Mussolini é chamado pelo rei para governar. Desde o início, o problema do combate ao fascismo e da aglutinação de forças para isso perpassa a militância do PCd'I. Em 1923, Gramsci vai a Moscou e sua posição política sobre o que é o fascismo e o modo como deveria se dar o combate é central para o PCd'I e para a esquerda internacional. De imediato, o PCd'I via no fascismo “um mero instrumento de reação burguesa e governamental, indicativo da debilidade do domínio das classes proprietárias, e não início de uma ofensiva destinada a recompor o bloco de poder e alterar o próprio perfil da classe operária” (DEL ROIO, 2005, p. 53). Mas a percepção de Gramsci é outra, pois ele considerava o fascismo em suas origens e suas características nacionais, mas também como um fenômeno político para além da Itália, diferenciando-se inicialmente dos comunistas italianos.

Os Fasci di combattimento nasceram, logo depois da guerra, com o caráter pequeno-burguês das várias associações de ex-combatentes que surgiram naquela época. Por seu caráter de oposição aberta ao movimento socialista, resultante em partes da herança das lutas entre o Partido Socialista e as associações que defendiam a intervenção da Itália na guerra, os *Fasci* obtiveram o apoio dos capitalistas e das autoridades. Sua formação, que coincide com a necessidade imposta aos latifundiários de formar uma guarda branca contra o crescente predomínio das organizações operárias, permitiu que o sistema de bandos criados e armados pelos latifundiários assumisse a mesma etiqueta dos *Fasci*, aos quais foi conferida, com o desenrolar dos acontecimentos, a mesma característica de guarda branca do capitalismo contra os órgãos de classe do proletariado (GRAMSCI, 2004, p. 80).

Ao mesmo tempo, Gramsci indica como o PSI realizava o “abandono da intransigência classista”⁹ e dá um passo adiante da IC ao caracterizar corretamente o fascismo nascente, enquanto que a ilegalidade se tornava o único meio de ação legal para os fascistas. Por outro lado, o nascimento do PCd'I não foi forte o suficiente para se tornar um partido de massas, massas que estavam desagregadas com as derrotas sofridas nas ocupações de fábricas e greves. O ascenso do fascismo ocorreu através do estabelecimento de ligações entre o movimento dos *Fasci* com setores da burguesia do norte e dos proprietários de terras do sul e do centro do país. Além disso, o

armadura do bloco agrário: a intelectualidade de influência e tradição burguesa do Norte (ver Gramsci, 2004, p. 409).

⁸ Ao longo da história da política partidária italiana, os dois partidos mantiveram relações de disputas e de alianças, até o desmembramento do PCI, no começo dos anos 1990.

⁹ GRAMSCI, 2004: 81. São considerações de Gramsci no ano de 1921.

movimento se tornou partido, o Partido Nacional Fascista (PNF). Em novembro de 1922, ocorre a Marcha sobre Roma, quando da nomeação de Mussolini como Ministro, pelo Rei Emanuel III. Para o PCd'I, restava o senso de internacionalismo para se consolidar nas classes trabalhadoras, indicando os desdobramentos da Revolução na Rússia como vitória do movimento das classes trabalhadoras e como uma perspectiva factível para Itália.

Contudo, ainda que a estratégia da revolução socialista estivesse clara enquanto perspectiva e obscura enquanto prática, o combate ao fascismo se tornou um problema a ser resolvido de imediato, pela própria sobrevivência do partido e de toda a esquerda na política nacional. O elo entre o nacional e o internacional é essencial. Primeiramente, do ponto de vista da particularidade nacional, a unidade das classes trabalhadoras dispersas entre o Norte e o Sul era um fator essencial para qualquer luta contrária ao Estado liberal e ao fascismo. Uma unidade necessária pelo fato de que a massa de camponeses concentrada no Sul estava em perpétua fermentação, mas eram incapazes de dar respostas políticas organizadas às suas necessidades e aspirações, daí a necessidade das experiências dos operários do Norte para a resolução da questão *Meridional* (GRAMSCI, 204, p. 423). Em segundo lugar, a libertação da Itália do jugo burguês e da dominação fascista crescente teria que se dar numa luta internacional, de unidade das classes trabalhadoras num nível que transcendesse o nacional. A burguesia italiana se serviu do fascismo para destruir a organização dos operários, mas

A burguesia queria que fosse um simples “instrumento” reacionário em suas mãos, mas que, ao contrário, uma vez invocado e desencadeado, revelou-se pior do que o diabo, já que não se deixa mais dominar e avança por conta própria (GRAMSCI, 2004, p. 288).

E, num debate no parlamento, Gramsci respondia a Mussolini, em 1925:

Mas este não é um fenômeno puramente italiano, embora tenha sido na Itália, por causa da maior debilidade do capitalismo entre nós, que ele conheceu seu maior desenvolvimento: é um fenômeno europeu e mundial, de extrema importância para compreender a crise geral do pós-guerra, tanto no domínio da atividade prática quanto no domínio das ideias e da cultura. A eleição de Hindenburg na Alemanha, a vitória dos conservadores na Inglaterra, com a liquidação dos respectivos partidos liberal-democráticos, são o equivalente do movimento fascista italiano (GRAMSCI, 2004, p. 300).

A intervenção dos fascistas ultrapassava o âmbito nacional. A ambição pela dominação imperialista encontrou apoio primeiramente nos governos reacionários europeus e, depois, na intervenção violenta e exploratória em alguns países da África. Desse modo, o combate ao fascismo deveria se dar também em dois níveis, mas a IC tardou¹⁰. A configuração da revolução mundial mudava nos primeiros anos de 1920, de modo que a derrota do movimento revolucionário na

¹⁰ A dialética entre as orientações da IC e as orientações produzidas pelos próprios PC esbarrava na limitação do intercâmbio estabelecido, impedindo a fruição de uma organização internacional unitária, tal como se previa nos estatutos da III Internacional. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1921/congresso/index.htm>>, acessado em 25/06/2014.

Alemanha e na Itália indicava a necessidade de uma nova tática mundial. A defesa da União Soviética deveria se dar através da consolidação dos PC's em outros países. No III Congresso da Internacional Comunista, a perspectiva era de que nos países atrasados se realizasse a manutenção das alianças entre operários e camponeses e nos países de capitalismo avançado deveriam surgir novas formas de alianças.

Na Itália, caso específico aqui tratado, o PCd'I via que o PSI era um partido contrarrevolucionário, visão do PCd'I que foi indicada acima, e as alianças eram entendidas apenas no nível sindical, isto é, no reagrupamento das massas em torno de um programa concreto de ação. A aliança política com o PSI era rejeitada, e o mesmo se dava na Espanha e na França. O PCd'I se lança na tentativa de unidade das bases sindicais dos partidos antifascistas¹¹, antes que elas fossem absorvidas pelo movimento fascista, mas rejeitando acordos com as direções políticas partidárias, contrariando, ou atrasando, resoluções da IC para que PCd'I e PSI se reorganizassem conjuntamente contra o fascismo. Essa perspectiva da IC era considerada pelo PCd'I como generalista, de modo que a particularidade italiana era entendida e resolvida pelo Partido em contradição com a fórmula de alianças da frente-única¹².

A falta de clareza ou, de outro modo, a amplitude da política de frente-única permitiu que na Itália as alianças fossem vistas como um problema histórico e de tradição política, desconsiderado pela IC. O impasse aumentava à medida que o fascismo se fortalecia no Estado, pois uma caracterização política mais refinada ainda era incipiente¹³, o que dificultava a orientação da IC para os partidos. A complementação da frente-única para os países atrasados se deu com a consigna do “governo operário-camponês”, fator que também gerou interpretações, sendo vista como a ditadura do proletariado de modo imediato (DEL ROIO, 2005, p. 77).

Diante da posição da IC de que o PCd'I deveria se fundir com o PSI imediatamente para poder sobreviver na luta contra o fascismo, o grupo dirigente, primeiramente, dividiu-se. Gramsci e Bordiga passaram a disputar a direção do partido, num momento em que os comunistas italianos passavam por dificuldades de relações com a IC e de caracterização do fascismo (DEL ROIO)¹⁴. A ala liderada por Bordiga buscava recusar a ingerência da IC e a ala de Gramsci entendia o vínculo

¹¹ Entre as várias indicações do III Congresso da IC era a de que os comunistas deveriam conquistar as maiorias nos sindicatos. As resoluções do Congresso podem ser vistas em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1921/congresso/index.htm>>, acessado em 25/06/2014.

¹² Ainda que tenha prevalecido essa interpretação das alianças políticas na Itália, pelos comunistas italianos, havia outras, como a que entendia a frente-única como aliança a ser feita com a social-democracia.

¹³ O fascismo era visto desde uma “reação agrária”, ou “reação capitalista subsequente a uma crise revolucionária”, ou ainda como “um novo movimento da pequena burguesia” (DEL ROIO, 2005).

¹⁴ Para DEL ROIO, Gramsci passa a ter mais contato com as elaborações de Lênin, o que o torna mais próxima da política bolchevique e o permite uma nova elaboração da frente-única para a Itália, considerando a aliança operária-camponesa.

com a IC como necessário para enfrentar o fascismo em nível internacional, mas se colocava também contrária a respeito da fusão com o PSI. Posteriormente, diante do impasse e do mal-estar, a direção do PCd'I apresentou demissão coletiva, de modo a viabilizar a fusão dos partidos. “A pressão da IC e a realidade do fascismo fizeram Gramsci aceitar a fusão, para salvar o grupo dirigente original do PCd'I”¹⁵ (DEL ROIO, 2005, p. 84).

Todavia, por parte do PSI não havia também consenso na fusão. No seu XX Congresso, realizado em abril de 1923, a ala oposta à fusão venceu, selando a ruptura e derrubando a indicação da IC. O isolamento dos comunistas era internacional nesse momento. A política de frente-única não se concretizou o suficiente para a defesa da União Soviética e para a consolidação dos PC's. No núcleo bolchevique, dirigente da União Soviética, a cisão levaria o movimento internacional à regressão (DEL ROIO, 2005). Na Itália, a prisão de muitos militantes comunistas e a ilegalidade dos partidos políticos seriam a coroação do ascenso fascista e da repressão policial.

A crise da fórmula política da frente-única persistiu pelo menos até 1924, quando se realizou o V Congresso Mundial da IC em julho, embora a atenção ao fenômeno do fascismo continuasse aquém, como a própria história indicaria aos comunistas. Nesse ano, o assassinato de Giacomo Matteotti, líder dos socialistas mais reformistas, abriu a crise do *Aventino*, na qual os partidos no governo se retiraram para que o caso fosse solucionado e para a proteção de seus políticos. Com a crise aberta, o PCd'I aproveitou para pôr em prática a frente-única, propondo alianças com os partidos de oposição para o fortalecimento das organizações das classes trabalhadoras, os Conselhos. Gramsci, que estava em Roma naquele ano, entendia que a proposta seria a palavra de ordem de “Antiparlamento”, de modo a angariar as forças opostas que tinham se retirado do governo na crise política aberta, bem como “desagregar as fileiras do inimigo de classe sem com isso abdicar da própria autonomia” (DEL ROIO, 2004, p. 124).

Os anos de 1924 e 1925 foram de relativa estabilidade do capitalismo, o que permitiu aos fascistas o aprofundamento da repressão e sua transformação de movimento em Partido, de modo a submeter não só o Estado, mas o próprio movimento fascista e os setores mais reacionários explosivos a um núcleo mais rígido¹⁶. Enquanto a repressão aumentava, a crise do *Aventino* havia indicado quais seriam as forças que coadunariam com o fascismo num futuro próximo, entre elas, camadas da CGL. Havia ainda chances de alianças para reverter a situação, nas expectativas dos

¹⁵ Em 1923, enquanto retornava para Itália junto de uma comissão para organizar a fusão dos dois Partidos, Gramsci recebe o comunicado de que o governo fascista havia dado ordens para prisão de vários dirigentes do PCd'I, inclusive ele.

¹⁶ “O Estado fascista, que equivale à sufocação completa de todas as organizações independentes de massas, foi criado pouco a pouco” (TROTSKY, 1979, p. 192).

comunistas, de modo a não somente destruir o poder dos fascistas e retornar ao estágio anterior. Gramsci colocava a questão em outros termos. Para ele, a dinâmica “fascismo ou democracia” deveria ser substituída por “fascismo ou insurreição proletária”. O militante sardo acreditava que diante da crise do regime instaurada uma insurreição das massas trabalhadoras seria o fator que derrubaria o ministério de Mussolini. A problemática concreta residia, para Gramsci, no problema das questões subjetivas, isto é, “as massas ou não podiam se mover, ou estavam orientadas para soluções intermediárias, sob influência dos democratas e dos social-democratas” (2004, p. 289).

Para o PCd'I, a aglutinação das massas e do trabalho educativo de novos militantes esbarrava na ilegalidade imposta. Além disso, no núcleo dirigente bolchevique, a cisão atingia níveis elevados, sendo que em 1925 o Partido Comunista da Alemanha (KPD) selaria seu compromisso com Stálin e em 1926 se formaria a “oposição unificada”. A partir daí, a direção da IC estaria sob o domínio do núcleo dirigente envolto por Stálin, mas também por Bukhárin. E, ainda, o problema subjetivo indicado voltou ao contexto da questão Meridional. Diante dos impasses do contexto e da interpretação que os comunistas davam para a linha política da frente-única, a visão de Gramsci parecia indicar o caminho.

A tarefa de unificar as forças do proletariado e de toda a classe trabalhadora num terreno de luta é a parte “positiva” da tática da frente única: trata-se, nas circunstâncias atuais da Itália, da tarefa fundamental do Partido. Os comunistas devem considerar a obtenção da unidade da classe trabalhadora como um resultado concreto, real, no esforço para impedir que o capitalismo ponha em prática seu plano de desagregar permanentemente o proletariado e de tornar impossível qualquer luta revolucionária (GRAMSCI, 2004, p. 362).

Nas vésperas do III Congresso do PCd'I¹⁷, Gramsci, que havia participado do Ceic ampliado em Moscou, buscava mostrar a necessidade de bolchevização do Partido e da manutenção da unidade interna. A visão de Gramsci sobre o que era o partido seria fundamental para os rumos seguidos, pois ele entendia que o partido deveria ser parte da classe operária e instrumento de criação de uma nova relação entre a classe e a produção material (DEL ROIO, 2005, p. 130), e essa relação política obtida na educação da classe se desenvolveria nos organismos de democracia operária, isto é, os Conselhos. Persistia assim a contradição com a IC, isto é, a leitura dos comunistas italianos era que desse modo se daria a disputa pelas bases dos outros partidos (especialmente dos socialistas e do Popular Católico) sem a necessidade de firmar acordos políticos com as lideranças. Vale notar que o PCd'I persistia na luta pela revolução contra o Estado liberal e o

¹⁷ O III Congresso do PCd'I foi realizado no ano de 1926 em Lyon, na França, diante da ilegalidade do partido na Itália.

fascista, buscando elaborar seus próprios intelectuais e desempenhando uma função organizativa nas massas trabalhadoras, ainda que realizando alianças limitadas com seus adversários políticos, com alguns intelectuais e bases partidárias. Mas quanto à política de alianças de combate contra o fascismo, ainda que Gramsci possuísse uma caracterização avançada do problema, o próprio PCd'I não apreendia de conjunto a teorização em sua luta tática. Assim são expressas as tarefas fundamentais do PCd'I, em acordo com a IC, para a revolução na Itália:

- 1) organizar e unificar o proletariado industrial e agrícola para a revolução;
- 2) organizar e mobilizar em torno do proletariado todas as forças necessárias para a vitória revolucionária e para a fundação do Estado operário;
- 3) apresentar ao proletariado e seus aliados o problema da insurreição contra o Estado burguês e da luta pela ditadura proletária, bem como guiá-los política e materialmente para solução deste problema através e uma série de lutas parciais (GRAMSCI, 2004, p. 341).

Ainda que persistisse a negação das alianças “pelo alto”, o objetivo era reforçar os organismos de base dos trabalhadores, mas o embate com as direções políticas tradicionais das organizações das massas trabalhadoras era um dos problemas.

A frente única de luta antifascista e anticapitalista que os comunistas se empenham por criar deve ser uma frente única organizada, ou seja, ter como base organismos em torno dos quais toda a massa encontre uma forma e se agrupe. Trata-se dos organismos representativos que as próprias massas tendem hoje a constituir, a partir das fábricas e por ocasião de cada agitação, depois que as possibilidades de funcionamento normal dos sindicatos se tornaram limitadas (GRAMSCI, 2004, p. 362).

ALIANÇA OPERÁRIOS-CAMPONESES NA ITÁLIA

Fundamental para o entendimento dos objetivos das alianças políticas era a relação entre operários e camponeses e seus organismos de luta. O PCd'I deveria ser fomentador da criação dos Comitês de operários e camponeses, de modo a conectar as lutas imediatas pela melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras mesmo ainda no capitalismo, com as ações políticas mais amplas.

A palavra de ordem dos comitês operários e camponeses deve ser considerada como a fórmula que sintetiza toda a ação do Partido, na medida em que propõe criar uma frente única organizada da classe trabalhadora (GRAMSCI, 2004, p. 363).

A luta era necessária, pois, na Itália, a questão da terra aparecia como fracionamento dos camponeses, já que “a terra não é dos camponeses cultivadores e, sim, da burguesia rural, que muitas vezes é mais feroz e usurária do que o grande proprietário” (GRAMSCI, 2002, p. 273).

Nesse sentido, a aliança entre operários e camponeses era vista em seu problema concreto na Itália, ou seja, era vista a partir da dominância que outros partidos tinham nas massas trabalhadoras, impedindo o desenvolvimento de uma subjetividade combativa para a luta revolucionária. Assim, a frente única serviria também para desmascarar as direções que tinham bases nas massas trabalhadoras, pois o combate direto não seria o mais profícuo para indicar as falsas concepções de luta dos Partidos e Sindicatos. A tática era desmascarar as direções reformistas colocando a necessidade de unificação e mobilização de massas. Mas não só a Itália e o PCd'I passavam por dificuldades: de conjunto, tanto a política dos comunistas como o próprio capitalismo viviam uma crise.

O problema da produção agrícola na Itália se devia tanto ao arcaico sistema produtivo que submetia as populações do Sul como ao conteúdo ideológico do campesinato. Desde Marx, o problema da organização política do camponês perpassava o problema da sua fragmentação social ocasionada pelo trabalho não coletivo nas pequenas propriedades, e o problema da inexistência de projeto político revolucionário para todas as classes sociais. A organização dos camponeses seria eficaz de acordo tanto com a defesa dos seus objetivos econômicos quanto com a formulação do trabalho em cooperativas, desde o exemplo na Rússia¹⁸, mas, ao mesmo tempo, seria um forte elemento na transformação cultural das massas de trabalhadores camponeses – com a organização social do trabalho, o trabalho cooperado, o problema material e o da subjetividade poderiam encontrar espaço para resolução, reforçando o apoio ao operariado revolucionário.

Com a experiência internacional e histórica, os comunistas italianos tinham algum acúmulo teórico para a elaboração de alianças entre operários e camponeses, sobretudo os ensinamentos da Revolução Russa. O PCd'I prezava pela centralidade da classe operária e pela manutenção das relações com o Partido Bolchevique, como podemos perceber nas elaborações de Gramsci. A aliança com o Sul agrícola, com os camponeses, era indispensável para o movimento operário. A complexidade toda está elaborada por Gramsci em seus escritos referentes à questão Meridional e à política dos comunistas, pois a busca de alianças entre os operários e os camponeses tinha por finalidade afastar a burguesia do poder de Estado, afinal, a partir do grande número de trabalhadores agrícolas na Itália e pela relevância política dessa classe na política nacional, o operário do Norte necessariamente deveria se ocupar da questão Meridional, vencendo preconceitos e quebrando egoísmos na classe¹⁹. Gramsci, em seus escritos a partir do cárcere, indica que as

¹⁸ Ver em V. Lênin o texto *Sobre las Cooperativas* (texto que veio a público em 1923).

¹⁹ Na Itália, a questão camponesa, como consequência da específica tradição italiana, do específico desenvolvimento da história italiana, assumiu duas formas típicas e peculiares, ou seja, a questão meridional e a questão vaticana (GRAMSCI, 2004, p. 409).

classes subalternas só podem se unificar quando se fizerem “Estado”, isto é, a desagregação social deve ser superada a partir da criação das formações organizativas próprias dos grupos subalternos (GRAMSCI, 2002, p. 140).

A questão da organização persistia em todo o país. Um país que vivia um dualismo político em termos estritos. Ainda que Sidney Tarrow rejeite o marxismo como práxis revolucionária efetiva para as classes subalternas, sua pesquisa indica a situação política paradoxal da Itália no momento estudado aqui. No ano de 1919, houve o alargamento do voto com a instauração do sufrágio masculino, sendo que

Malgrado il Sud avesse appena il 36% della popolazione italiana nel 1919, esso aveva il 43,3% dei votanti. (...) all'epoca del suffragio relativamente allargato in vigore fino al 1919, l'afflusso alle urne nell'Italia meridionale fu proporzionalmente più alto che nell'Italia settentrionale (TARROW, 1972, p. 113).

O dualismo indicado por Tarrow se dava pelo fato de que, embora o alargamento à participação política estrita (eleições) tivesse aumentado proporcionalmente a participação do Sul, os partidos políticos mais organizados (os comunistas, os socialistas, o partido Popular Católico e os republicanos) estavam no Norte enquanto que, no Sul, “la política era ancora dominata da notabili non legati a una struttura di partito, sostenuti da gruppi informali di seguaci” (1972, p. 114). A situação italiana na participação eleitoral ajuda a entender o crescimento do fascismo, bem como a atuação do recém-criado Partido Comunista, pois ainda que os diversos partidos tenham obtido mais votos em regiões específicas, o partido fascista aparecia crescente em todo país. Os socialistas apareciam como a maior força política em 1921, tendo um total superior aos 25%, seguidos pela direita com 21,2%. A expressão dos comunistas ainda era bastante tímida, com apenas 4,6%:

	Comunistas (%)	Extrema direita (%)
Norte	5,9	21,5
Centro	7,1	36
Sul	1,2	13,1
Total	4,6	21,2

Tabela 1: Votos dos comunistas e da extrema direita na Itália em 1921²⁰

Importante notar que, enquanto persiste a legalidade no regime controlado pelo Estado burguês, as eleições podem proporcionar uma experiência política frutífera para o movimento das classes trabalhadoras. Todavia, a presença dos comunistas nas massas do Sul não se expressava em votos. No período subsequente, os fascistas conquistariam a maioria nas eleições parlamentares e,

²⁰ Tabela elaborada a partir dos dados apresentados por Sidney G TARROW, 1972, p. 122.

junto disso, estava combinada a luta violenta contra a esquerda, especialmente a comunista. À crise do movimento operário, como já exposto, somava-se o avanço do fascismo em todas as regiões, não sendo simplesmente um problema a mais para os comunistas, mas se tornando o principal problema à sobrevivência do partido e para a luta revolucionária em Itália. Ainda que os socialistas conseguissem o apoio eleitoral das massas trabalhadoras, sua atuação não impedia o crescimento das forças da extrema direita, favorecidas pela conjuntura favorável após a crise dos anos 1921-1922.

Ainda que os comunistas trabalhassem pela aliança operária camponesa, a situação nacional e a internacional indicavam que estava aberta uma época de regressão política na esquerda comunista, marcando a derrota da perspectiva da revolução internacional e o isolamento da Rússia (DEL ROIO, 2005, p. 92). O operariado do Norte e os camponeses do *mezzogiorno* não se tornaram forças motrizes o suficiente para barrar o crescimento do fascismo.

O Partido Comunista da Itália nasceu quase ao mesmo tempo que o fascismo. Mas as mesmas condições de refluxo revolucionário que faziam o fascismo subir ao poder entravavam o desenvolvimento do Partido Comunista. [...]. Segundo as informações dos amigos italianos, exceto Gramsci, o Partido Comunista nem mesmo admitia a possibilidade da tomada do poder pelos fascistas. Não se deve esquecer, contudo, que o fascismo italiano foi então um fenômeno novo que estava ainda em vias de se formar: seria difícil, mesmo a um partido mais experiente, definir seus traços específicos (TROTSKY, 1979, p. 193).

Instaurado no poder, o fascismo na Itália apenas iniciava o período mais violento do século XX. Restava ainda a perspectiva de que na Alemanha o mesmo não ocorresse. “O problema fundamental do desenvolvimento alemão pode ser agora formulado assim: ou o caminho da Rússia ou o da Itália” (TROTSKY, 1979, p. 195).

A CRISE POLÍTICA DA IC: REPETINDO O CASO ITALIANO NA ALEMANHA

De fundo, à crise econômica do sistema capitalista correspondia uma crise política. O fascismo foi uma das respostas encontradas para a crise política e econômica. No plano político, unificou as burguesias e reorganizou o Estado. Na economia, controlou as classes trabalhadoras e seus organismos com violência. As crises econômica e política atingiam, sobretudo, as classes trabalhadoras, bem como a pequena burguesia europeia, afinal, era uma crise internacional do pós-guerra. Nesse sentido, vamos aqui passar ao caso da Alemanha, pois é essencial para o contexto e para a compreensão da política da IC. Nesse país, a efervescência dos comunistas com apoio das massas levou às tentativas de tomada do poder, como em 1918, 1920 e 1923, num momento em que o *Reich* estava arruinado. Todavia, desde Bismarck até Hitler, ainda que os métodos de dominação política sejam diferentes, são as mesmas classes sociais que dirigiram o Estado alemão, perseguindo

os objetivos de expansão e de recusa da democracia. Neste país, a luta de classes era decisiva para o triunfo ou a derrota da luta pelo socialismo.

O apoio das massas estava em disputa tanto pelos comunistas como por seus inimigos de classe. Logo no fim da I Guerra, desenvolveram-se os organismos de tipo soviético das classes trabalhadoras alemãs, os conselhos, impulsionados pelos socialistas e, principalmente, pelos *spartakistas* para alcançar o objetivo da ditadura do proletariado. Os Conselhos conseguiram por algum tempo contaminar subjetivamente diversos setores das classes trabalhadoras e também dos exércitos que retornavam derrotados. Sobre 1918, a situação foi descrita assim:

Os soldados regressados da frente são rapidamente contaminados pela propaganda revolucionária. A 16 de dezembro, o congresso dos conselhos de soldados reclamam a abolição do exército permanente, a 23, o Governo está prisioneiro dos revolucionários e o general Lequis, encarregado de restabelecer a ordem, é ultrapassado pelo povo de Berlim, a 25, a bandeira vermelha flutua sobre a capital do *Reich*. Na Baviera, sob a direção de Kurt Eisner, é proclamada a República Democrática e Social, enquanto na Renânia – ao grito de “los von Berlim” (“livremo-nos de Berlim”) - desperta o particularismo. (...). A 12 de janeiro de 1919, Noske é dono de Berlim. Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, dirigentes spartakistas, são assassinados (DROZ, 1999, p. 82).

Daí em diante, as próximas tentativas insurgentes foram violentamente esmagadas, pois a perseguição implementada pelo Estado desarmou o povo insurgente, reorganizou o exército de modo a dar garantia à continuidade do *Reich*. Após a retomada da estabilidade institucional, as classes dominantes alemãs passaram a organizar a Assembleia Nacional para a Constituição, na qual os socialistas se aliaram aos partidos burgueses²¹, que tiveram que aceitar a derrota de Versalhes.

Mas, na Alemanha, que se reconfigurava novamente como país, diversas forças disputavam a hegemonia social, entre elas, os revolucionários comunistas, os burgueses e também os nacional-socialistas, pela direita. A dinâmica entre essas forças políticas e suas respectivas influências nas massas trabalhadoras foi conflitiva durante toda a década dos 1920. Certamente, nesse texto, não foi possível caracterizar as diferentes forças, nem os principais acontecimentos da década. Mas a retomada de alguns episódios centrais pôde contribuir para o entendimento da posição dos comunistas alemães e da IC num momento em que as forças ferozes do fascismo e do nazismo ganhavam espaço rapidamente.

Uma Constituição e o estabelecimento de um relativo equilíbrio de forças não seriam o suficiente para o contexto alemão, afinal, a transformação das próprias forças políticas organizadas

²¹ Mesmo sendo maioria numérica, os socialistas não conseguiriam manter a estabilidade no país. Desse modo, uma constituição que colocaria o *Reich* de modo mais alargado é promulgada, independentemente do desejo das classes trabalhadoras. (DROZ, 1999).

impediria que o país vivesse qualquer estabilidade no restabelecimento do capitalismo. As classes dominantes tentaram estabelecer uma ditadura, em 1920, mas foram derrotadas pelos partidos republicanos, sendo prosseguida por eleições que indicam o crescimento dos partidos de direita. Contudo, restava para as forças políticas da direita e a esquerda disputar e conquistar mais o apoio das classes trabalhadoras. Por parte da direita nacional-socialista²², o antissemitismo e o antimarxismo atrelados à crise nacional foram fórmulas-chaves na propaganda para disputar as massas e fazer o partido crescer rapidamente.

A manutenção de uma unidade nacional permitiu às classes dominantes, a partir do Estado, suspender os pagamentos das indenizações, fornecendo condições para o desenvolvimento da indústria e da agricultura de modo suficiente para as necessidades do país. Sem conflitos, a Alemanha não ficaria diante dessa decisão: a crise política com a França, por conta do abandono dos pagamentos, levou à invasão franco-belga no Ruhr, alterando a configuração social de relativa estabilidade e paz.

Novembro de 1923 parece o momento favorável aos nacional-socialistas para tomarem o poder. Devido à inflação, ao corte de crédito do Estado, à política esbanjadora dos sucessivos Governos, a República debatia-se com uma crise financeira sem precedentes. Os pagamentos a título de reparações apenas constituíam o menor fator dos problemas monetários. [...]. Desde então, a queda do marco segue um movimento vertical, atingindo as classes médias (DROZ, 1999, p. 87).

Certamente, a crise aberta no país leva as diferentes forças a tentarem suas saídas. Os nacional-socialistas planejavam o golpe há tempos, mas a prematuridade do golpe em termos de condições objetivas (combate contra um Estado fortemente armado e a resistência da esquerda) dentro e fora do partido de Hitler impedia a ação. Mas a partir de 1925 a situação da Alemanha estava relativamente alterada, pois recuperou alguma legalidade no sistema capitalista – o que proporcionou às classes dominantes um crescimento econômico altíssimo²³, dentro dos limites territoriais firmados num novo acordo com os vizinhos ocidentais. Desse modo, a República das antigas forças burguesas sobrevivia na Alemanha, mas com o desenvolvimento das duas maiores forças contrárias a sua existência²⁴, embora a direção política estivesse diretamente ligada aos militares de direita, como o general Von Schleicher e o marechal Hidenburg. Essa é, em linhas gerais, a situação alemã. Até a crise de 1929, ocorreu alguma continuidade no crescimento, embora o NSDAP tenha diminuído sua influência parlamentar e a dos social-democratas tenha aumentado.

Com a crise internacional de 1929, a situação certamente mudaria na Alemanha.

²² Direita que passa a se destacar através do Partido Alemão Nacional Socialista dos Trabalhadores (NSDAP).

²³ Em 1928, o crescimento econômico é um terço maior do que o de 1913.

²⁴ Entre os comunistas e os nacional-socialistas, havia forças militares que já desenvolviam altas tecnologias de combate, ilegalmente, de acordo com os tratados internacionais do pós-guerra.

Agora é no próprio país, num país esmagado pelo desemprego, a miséria e o desespero (quatro milhões de desempregados em finais de 1930, cinco milhões nos finais de 1931) que prossegue a luta política entre grupos fortemente organizados e armados: a Frente Vermelha comunista; “Bandeira do Império” socialista, tendo atrás de si a ainda poderosa massa dos sindicatos operários. “Capacete de Aço” conservador e monárquico; Frente Castanha com a bandeira vermelha com a cruz gamada. Mas o nazismo atrai cada vez mais as massas proletárias, e os efetivos do partido ultrapassam o milhão no início de 1923 (DROZ, 1999, p. 91).

A situação beirava a guerra civil, e o governo apoiado pela social-democracia utilizou meios truculentos para sobreviver.

Ano/Partido	Comunistas	Nazistas
1928	3.300.000	800.000
1930	4.600.000	6.400.000

Tabela 2: Votos dos comunistas e dos nazistas em eleições na Alemanha²⁵.

Nas eleições de 1930, provinciais, os nazistas conquistam muitas regiões e colocam o país ainda mais em crise política, embora a social-democracia ainda tenha se visto como a mais votada, obtendo mais votos operários do que os próprios comunistas. Por outro lado, o aumento dos eleitores dos comunistas fez com que o Partido se dirigisse, de acordo com a IC, para uma luta acentuada contra o nazismo e contra a social-democracia. Colocados ambos como aliados, passou-se a identificar a social-democracia como “social-fascismo”. O ascenso eleitoral dos nacional-socialistas seria potencializado pelas alianças feitas com as classes dominantes até 1933, quando Hitler assumiu o governo, apoiado de setores de massas do país, mas essencial foi o apoio dado pelas classes dominantes²⁶. Com o ascenso dos nazistas ao governo e ao poder na Alemanha, o fascismo italiano ganhou um forte aliado.

Muito antes desses acontecimentos, Rosa Luxemburgo (1999) realizava um debate sobre o contexto de luta pela democracia e pelo socialismo. Ainda que não pautando o ascenso nazista, pois foi assassinada antes, ela indicava em quais termos deveria ser travada a luta por parte dos comunistas, não excluindo da busca pela democracia o projeto maior do socialismo. Os argumentos de Luxemburgo parecem mostrar que dentro do espaço político da esquerda já havia problemas sérios na Alemanha, de modo que o alerta sobre o que era a atuação parlamentar precedeu toda uma específica incidência que teve o Partido Comunista na Alemanha (KPD)²⁷ no momento do ascenso nazista. Os comunistas alemães não estavam nas mesmas condições que os italianos, mas nos dois

²⁵ Tabela obtida através dos dados apresentados por TROTSKY, 1979, p. 41.

²⁶ Alguns desses elementos que apoiam os nazistas são a organização industrial Reichsverband der Deutschen Industriellen, a oligarquia financeira, o governo de Von Pappen, os Junkers e a Reichswehr.

²⁷ O KPD nasce entre fins de 1918 e início de 1919, tendo sido Rosa L. uma das fundadoras.

casos o crescimento do nazi-fascismo foi rápido o suficiente para impor uma crise às organizações revolucionárias da esquerda.

Para Rosa, o desenvolvimento das forças capitalistas não era homogêneo, sendo que a ideia de desenvolvimento capitalista era concebida como algo diferente dos interesses da classe dominante, a qual tem ao seu lado o Estado. Nesse sentido, buscando vincular o ponto de vista da militante *spartakista* com o que viria ocorrer após seu assassinato, o nazismo como força nacional em oposição em relação a outras forças nacionais e internacionais pôde alçar seu voo quando teve o apoio das classes dominantes para a realização de um projeto imperialista. Por outro lado, Luxemburgo (1999) deixou algumas lições aos comunistas alemães, desde um debate anterior sobre a perspectiva das lutas da esquerda ligada ao marxismo.

Sem dúvida, serve o parlamentarismo, por sua forma, a exprimir na organização do Estado os interesses do conjunto da sociedade. Mas, por outro lado, é a sociedade capitalista o que o parlamentarismo exprime aqui, isto é, uma sociedade em que predominam os interesses capitalistas (LUXEMBURGO, 1999, p. 56).

As indicações de Rosa são anteriores ao período do nazismo, mas cabem aqui, dado o fato de que o KPD levou a cabo a luta eleitoral contra os nazistas, além de adotar outros meios, certamente. A estabilidade institucional do Estado alemão não existia há anos, como visto acima. Isso colocava aos comunistas a tarefa de conceber concretamente que as eleições indicariam não só o reconhecimento das lutas travadas pelo PC, como também apoio aos seus objetivos – porém, não seria no Estado que se expressaria as demandas das classes trabalhadoras e nem o meio para a derrota do nazismo. Assim, ainda de acordo com a militante, a melhoria das condições materiais de vida dos operários como resultado da luta sindical imediata não deve ser o ponto de vista daqueles que buscam conquistar o poder, mas

Que os que desejam o reforçamento da democracia devem desejar igualmente o reforçamento e não o enfraquecimento do movimento socialista, e que, renunciando aos esforços socialistas, renunciam-se tanto ao movimento operário quanto à democracia (LUXEMBURGO, 1999, p. 93).

A ditadura imposta pelo nazismo deixou como alternativa aos comunistas a necessidade de reforçamento do movimento operário tanto para a luta estratégica como para os movimentos táticos e sindicais. Contudo, dada a experiência das classes trabalhadoras europeias com seus organismos de luta (conselhos, *soviets*), a defesa da democracia servia como instrumento imediato para a propaganda socialista, pois a democracia seria um terreno fértil para a propagação da política das e nas classes trabalhadoras, ao contrário da burguesia, que não se incomodava em dispensar a democracia e adotar outras formas de regimes políticos favoráveis a si.

O corpo político do qual Rosa fez parte logo lhe permitiu ver os limites da atuação restrita

na política do Estado e passar a uma militância crítica à social-democracia alemã²⁸, cujo marxismo era de fachada (LOUREIRO, 2000). Mas, de fora da Alemanha, Trotsky²⁹ indicava também os limites da social-democracia, tirando lições do movimento ocorrido na Itália:

Na sua política contra Hitler, a social-democracia alemã não inventou uma única palavra: não faz mais do que repetir de um modo mais pesado o que realizaram, no seu tempo, com muito mais temperamento, os reformistas italianos (TROTSKY, 1979, p. 192).

Transcorridos anos após o ascenso de Mussolini, Trotsky alertava para a repetição da subestimação do poder de massas do nazismo numa época de decadência do capitalismo. Dada a decadência da sociedade capitalista e o caráter de massas do fascismo, o combate não se daria apenas a partir da defesa da democracia, mas também com o esforço para impedir que a Alemanha seguisse o exemplo italiano. A perspectiva necessária para o movimento das classes trabalhadoras alemãs seria seguir os caminhos da Rússia revolucionária, o que significaria utilizar a influência nas massas que possuía o Partido Comunista alemão para impulsionar a construção da frente-única como luta pelo poder, já em fins dos 1920 e início dos 1930.

As indicações de Trotsky possuíam, além de claras diferenças, algumas semelhanças com as advertências que Gramsci dava ao PCd'I sobre como atuar diante da social-democracia, considerando sua base de trabalhadores, mas desmascarando a política que beneficiava as burguesias.

A social-democracia – embora ainda tenha sua base social, em grande parte, no proletariado – deve ser considerada, no que se refere à sua ideologia e à função política que desempenha, não como uma ala direita do movimento operário, mas como uma ala esquerda da burguesia, que deve ser assim desmascarada diante das massas (GRAMSCI, 2004, p. 344).

A social-democracia, apesar de sua composição operária, é inteiramente um partido burguês que, em condições “normais”, é dirigido habilmente do ponto de vista dos objetivos burgueses (TROTSKY, 1979, p. 147).

Buscando alertar os comunistas alemães a partir da experiência italiana, Trotsky indicava que a saída seria estabelecer alianças com as bases trabalhadoras da social-democracia para uma luta aberta pelo poder nas mãos dos operários, tirando os comunistas e sua base trabalhadora do isolamento na luta contra o nazismo. A política de alianças era concebida a partir do fato de que, embora o PC alemão tenha obtido um significativo aumento no número de votos, o partido ainda era pequeno o suficiente para a luta direta pelo poder, sendo preciso estabelecer alianças com outras forças de massas ainda num patamar de luta defensiva contra o nazismo, visto que a social-democracia não se mostrava homogênea. Nesse sentido, a política de alianças da IC na Alemanha

²⁸ Para aprofundar o debate sobre as posições da social-democracia alemã, é preciso buscar nas elaborações de um dos seus principais dirigentes, Karl Kautsky.

²⁹ Trotsky era uma das lideranças da chamada Oposição de Esquerda, uma frente internacional oposta à política do Novo Curso implementada pela União Soviética (ANDERSON, 1983).

colocou a esquerda comunista em crise, impedindo a implementação da frente-única no país, permitindo que o exemplo italiano fosse repetido.

CONSIDERAÇÕES

O ponto que chegamos é o da crise do movimento comunista, crise que é teórica, que é ideológica. É a crise da revolução que ainda persiste. A estratégia do socialismo em um só país colocou o fim da possibilidade de revolução nos outros lugares. Ainda que o problema fosse muito maior, havia a necessidade da centralidade e da defesa da revolução e das conquistas da revolução na Rússia. Os casos da Itália e da Alemanha são emblemáticos para a discussão das políticas de alianças, pois nos dois países, a política de alianças não foi o suficiente para evitar que o nazi-fascismo chegasse ao poder. Como já observado, as alianças na Itália (na prática, bem como as elaborações teóricas) são relevantes para um entendimento anterior e mais amplo da questão, fornecendo um aprendizado muito importante para a compreensão dos tempos atuais, em que se evidencia a persistência de movimentos conservadores radicais.

Gramsci acompanhou de perto a discussão em torno das diferentes táticas e estratégias postas no âmbito da IC, como também viu a fragmentação do grupo dirigente da União Soviética. Nos mesmos anos de 1920, do lado do PCd'I, a política do partido sofreu várias mudanças com a reversão da perspectiva de revolução mundial e com o desmantelamento do grupo dirigente italiano por conta da violência fascista. Ademais, o reformismo encontrado no PSI primeiramente levou a ala comunista à cisão e à criação de um Partido revolucionário na Itália. Posteriormente, o mesmo reformismo foi obstáculo ao fortalecimento da luta contra o fascismo por não absorver as caracterizações do que viria ser o movimento fascista.

A política de alianças com diversos setores tinha um significado e um contexto concretos. Ainda que as políticas de alianças tenham sido diversamente absorvidas pela própria esquerda comunista, foi levado adiante na luta contra um inimigo feroz dos comunistas o nazi-fascismo. Como indicamos, a política de alianças ainda que estivesse adequada ao momento, não foi efetivamente concebida e aplicada. Consideramos então alguns problemas: [1] não havia condições para sua aplicação, pois as contradições entre o Partido italiano e a IC eram insuperáveis no momento; [2] a rapidez dos ataques vindos do fascismo impôs uma derrota arrasadora aos comunistas, por não conceberem coletivamente o significado do fascismo, tal como viu Gramsci; [3] havia uma barreira enorme entre a necessidade de alianças com os reformistas contra o nazi-fascismo; [4] além de Gramsci, outros militantes comunistas atentaram para a necessidade de

alianças contra o nazi-fascismo, tendo em conta o caráter de massas que essa força reacionária possuía, embora o movimento comunista seguisse as orientações da IC.

Os autores tratados aqui não se limitaram a reproduzir as formulações teóricas e políticas que já existiam. Não poderiam. Pelas necessidades dadas no calor e no frio de seus contextos, tiveram que ir para além do dado, formulando políticas específicas, ainda que seguindo a perspectiva da revolução socialista. Importante seria tratar dos outros desdobramentos que têm origens na política de alianças, entre eles, estaria a atuação do então PCI na formulação dos governos “estabilizadores” na Itália, ou mesmo a continuidade das políticas da URSS, bem como do partido alemão. Salientamos, então, que a política de alianças elaborada no entre guerras foi fundamental para o movimento comunista conseguir sobreviver clandestinamente ao fascismo, mas não para impedi-lo de chegar ao poder.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

ANDERSON, P. *Trotsky's Interpretation Stalinism*. New Left Review. London: may/june, 1983.

CLAUDIN, F. *A Crise do Movimento Comunista*. Vol 2. São Paulo: Global Eitora, 1986.

DEL ROIO, M. *Os Prismas de Gramsci*. São Paulo: Xamã, 2005.

GRAMSCI, A. *Escritos Políticos*. vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LÊNIN, V. *O Estado e a Revolução*. Lisboa: Edições Avante, 2011.

LOUREIRO, I. *Vida e Obra de Rosa Luxemburgo*. UFRN, 2000 Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/rosaluxemburgo/doc/sobre_rosa/vida_e_obra_de_rosa_luxemburg.pdf>.

LUXEMBURGO, R. *Reforma ou Revolução?*. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

PARTITO COMUNISTA ITALIANO. *Le Grandi Scelte del Partito Comunista Italiano*. Roma: 1981.

TARROW, S.G. *Partito Comunista e Contadini nel Mezzogiorno*. Torino: Einaudi Editore, 1972.

TROTSKY, L. *Revolução e Contra Revolução na Alemanha*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.